G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

Divergências na Reunião de *Sherpas* do G20 expõem fraturas políticas e impulsionam a prospecção de novas presidências

Las discrepancias en la reunión de los sherpas del G-20 ponen de manifiesto las divisiones políticas e impulsan la búsqueda de nuevas presidencias

Disagreements at the G20 Sherpa Meeting Expose Political Divisions and Fuel Speculation About New Presidencies

Resumo: O informe aborda os desdobramentos da Segunda Reunião de *Sherpas* do G20, evidenciando a escassez de informações oficiais e as tensões causadas pela tentativa dos Estados Unidos de restringir a agenda a um "retorno ao básico". O texto detalha o posicionamento crítico de Rússia e China frente à exclusão de pautas, além de examinar o planejamento estratégico do México e da Coreia do Sul para garantir a coordenação de metas de longo prazo em suas futuras presidências do bloco.

Palavras-chave: G20; EUA.

Resumen: *El informe aborda las repercusiones de la Segunda Reunión de Sherpas del G-20, poniendo de manifiesto la escasez de información oficial y las tensiones provocadas por el intento de Estados Unidos de limitar la agenda a una "vuelta a lo básico". El texto detalla la postura crítica de Rusia y China ante la exclusión de algunos temas, además de examinar la planificación estratégica de México y Corea del Sur para garantizar la coordinación de los objetivos a largo plazo durante sus futuras presidencias del bloque.*

Palabras clave: *G20; EE.UU.*

Abstract: *The report addresses the outcomes of the Second G20 Sherpas' Meeting, highlighting the scarcity of official information and the tensions caused by the United States' attempt to limit the agenda to a "back to basics" approach. The text details Russia and China's critical stance regarding the exclusion of certain agenda items, while also examining Mexico and South Korea's strategic planning to ensure coordination of long-term goals during their future presidencies of the group.*

Keywords: *G20; USA.*

Chegando à metade de seu mandato com poucos avanços concretos divulgados, os Estados Unidos sediaram a Segunda Reunião de *Sherpas* do G20 em Washington, D.C., nos dias 29 e 30 de junho de 2026. O encontro buscou não apenas debater as entregas e prioridades do bloco, mas também avançar nas discussões e na elaboração do rascunho da Declaração a ser apresentada na Cúpula de Líderes em Miami, agendada para dezembro. Deve-se ressaltar, no entanto, que a escassez de comunicados públicos tem sido uma marca dessa gestão, uma vez que nem mesmo o site oficial do bloco publicou uma nota informativa sobre o encontro, fazendo com que a maior parte das informações conhecidas viesse a público por meio de declarações dos próprios países participantes. Foram justamente essas manifestações que revelaram um evento fortemente marcado por posicionamentos estratégicos, evidenciando as articulações daqueles que assumirão a presidência rotativa do grupo nos próximos anos, como a Coreia do Sul em 2028 e o México em 2029. Os debates contaram com a presença de representantes de quase todos os membros do fórum e com a Polônia como país convidado, registrando-se a ausência notável da África do Sul, nação que vem sendo excluída do grupo desde o início da liderança norte-americana.

Como mencionado, um dos focos centrais foi a revisão dos progressos alcançados pelos quatro Grupos de Trabalho (GTs) instituídos pelos Estados Unidos durante o seu mandato. As autoridades norte-americanas detalharam então aos participantes o andamento das discussões internas e o planejamento para os meses que antecedem a Cúpula nas quatro áreas definidas como prioritárias para 2026: comércio, energia, crescimento econômico e desregulamentação, e inovação. Na oportunidade, Washington ressaltou que a resiliência das cadeias de suprimentos, a segurança energética, a inovação tecnológica e a promoção de investimentos constituem os objetivos essenciais do encontro de Miami, o que demanda a colaboração ativa de todos os países integrantes. Contudo, embora as delegações tenham concordado, de maneira geral, sobre a relevância desses temas, diferentes países manifestaram visões divergentes quanto aos rumos das políticas específicas e ao conteúdo dos documentos finais. Sob a ótica de observadores diplomáticos, o encontro marcou o início de um período de negociações substancialmente mais intensas e complexas sobre a condução da agenda definida pela liderança norte-americana.

Essas divergências ganharam contornos mais severos diante de denúncias de redefinição temática e de exclusão de pautas importantes por parte da coordenação norte-americana. Conforme relatado por fontes anônimas que estiveram no encontro, os Estados Unidos pressionaram os demais negociadores para eliminar do rascunho do texto oficial qualquer referência ou linguagem voltada à redução da pobreza, à transição energética e à igualdade de gênero – um enorme retrocesso em contraponto às presidências anteriores. Em substituição a esses temas, a delegação norte-americana busca restringir a agenda oficial do G20 a tópicos alinhados aos seus interesses domésticos, como imigração, crime transnacional e terrorismo, investimentos estrangeiros diretos e o que o governo classifica como “comércio justo”. Essa orientação aprofundou as tensões com as economias em desenvolvimento, com diplomatas apontando que, desde os primeiros encontros preparatórios em dezembro, a presidência tem moldado diretrizes que beneficiam suas próprias prioridades em detrimento de nações menores.

Sob essa perspectiva crítica, os Estados Unidos estariam esvaziando o caráter multilateral da Cúpula, mobilizando-a essencialmente como um “cenário de fundo” para um provável encontro presencial entre o presidente Donald Trump e o líder chinês Xi Jinping. Por outro lado, a defesa oficial dos Estados Unidos refutou tais alegações, negando o esvaziamento

dos debates. Segundo o posicionamento do governo, a proposta norte-americana visa um retorno ao básico (*back to basics*), traduzido em uma agenda simplificada e focada em impulsionar as prioridades mencionadas. Inserida diretamente nessas dinâmicas, a China desempenha um papel central na Cúpula de 2026, mesmo sem ter detalhado seu posicionamento em discursos abertos durante o encontro. O fato de o país sediar a Cúpula da APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, em português), em Shenzhen, em novembro, projeta um momento de forte relevância geopolítica poucas semanas antes do G20 de Miami. É esse cenário que coloca o presidente Xi Jinping no centro das atenções da estratégia norte-americana, que tenta condicionar o sucesso do fórum a uma reunião bilateral entre os dois países.

Esse ambiente de contestação à condução de Washington foi vocalizado de forma ainda mais aberta pela Rússia, que utilizou os debates para se posicionar como a voz do Sul Global em claro antagonismo aos Estados Unidos. Representado pelo diplomata Denis Agafonov, definido recentemente como representante oficial para os assuntos do bloco, o país avaliou que o G20 atravessa uma transição geopolítica na qual os centros de crescimento econômico estão se deslocando para os países em desenvolvimento. Nesse sentido, a delegação russa direcionou críticas severas à exclusão da África do Sul, classificando a decisão norte-americana como arbitrária. Esse impasse institucional remonta a novembro de 2025, quando os Estados Unidos não enviaram representantes de alto nível para a Cúpula de Joanesburgo, e após Donald Trump vetar a participação sul-africana durante toda a gestão do bloco neste ano. Diante disso, Moscou expressou o forte desejo de que o país africano, parceiro do bloco BRICS, retome suas atividades plenas no fórum.

Adicionalmente, a Rússia posicionou-se contra a admissão da Polônia no grupo, sob o argumento de que a Europa já está super-representada no G20 e de que outros países com o dobro do PIB polonês participam apenas como convidados, reiterando que qualquer nova inclusão deve ser decidida estritamente por consenso. Pelo lado econômico, embora veja com bons olhos o foco simplificado da presidência norte-americana e confirme o interesse de suas empresas em participar dos eventos integrados de energia, alta tecnologia, inovação e estratégias de crescimento, a delegação russa usará o espaço para pautar o combate a sanções unilaterais, que classifica como barreiras prejudiciais à economia global. Ao avaliar o panorama geral, Agafonov ponderou que o início da presidência dos Estados Unidos é encorajador, mas ressaltou que as negociações mais importantes e complexas do bloco ainda estão por vir.

Por fim, em paralelo às discussões sobre as tensões imediatas do bloco, o México consolidou sua relevância focando na defesa do desenvolvimento equitativo e no planejamento institucional de médio prazo. Sob a condução da Secretária de Relações Exteriores, María Teresa Mercado Pérez, a delegação mexicana defendeu veementemente que a cooperação internacional priorize um modelo de crescimento mais inclusivo para as economias emergentes e nações em desenvolvimento. Pérez ressaltou os avanços de seu país em ações domésticas para fechar lacunas sociais e expandir a capacidade produtiva, reforçando que o progresso tecnológico e a inovação precisam obrigatoriamente caminhar de mãos dadas com políticas públicas que assegurem acessibilidade e gerem impactos sociais concretos e sustentáveis. Além do debate temático, o encontro em Washington funcionou como uma plataforma central para a campanha mexicana voltada a assumir a presidência do G20 em 2029. Para tanto, a equipe realizou reuniões de alinhamento com *sherpas* de economias emergentes – que representam metade dos membros do grupo – e com o bloco MIKTA (composto por México, Indonésia, Coreia do Sul, Turquia e Austrália), além de formalizar seu interesse em consultas bilaterais com onze

importantes parceiros: Austrália, Brasil, Canadá, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Japão, Reino Unido, União Africana e União Europeia.

Essa mesma preocupação com a previsibilidade e com a sustentação das agendas globais orientou a participação da Coreia do Sul, cuja estratégia esteve voltada para a preparação de sua própria liderança no bloco em 2028, ano em que sediará o bloco após os mandatos do Reino Unido. Representada pelo *Sherpa* Kim Hee-sang, a delegação sul-coreana levou ao fórum diretrizes coordenadas internamente durante a Terceira Reunião Interinstitucional do G20 da Coreia, realizada em 26 de junho. O país buscou garantir a inclusão de debates cruciais sobre a estabilidade das cadeias globais de suprimentos, a cooperação industrial, a transição energética e a economia digital. Nesse cenário, Kim Hee-sang defendeu o estabelecimento de marcos de governança e de cooperação internacional em segurança de inteligência artificial dentro dos documentos de resultados do G20, apontando as tecnologias digitais e a IA como os novos motores de inovação industrial e crescimento econômico. Visando angariar apoio, alinhar expectativas e assegurar a coordenação de metas de longo prazo entre as sucessivas presidências, o negociador sul-coreano atuou ativamente nas consultas do grupo MIKTA voltadas para a transformação digital e recuperação econômica, além de firmar pontes em reuniões bilaterais estratégicas com os Estados Unidos, a Austrália, a China, a Argentina e a Arábia Saudita.

Referências

GLOBAL KOREA POST. [Issue / 2026 Second G20 Sherpa Meeting] “U.S.-Led G20 Agenda Gains Momentum” … Korea Strengthens Global Leadership Ahead of 2028 Presidency. Seul: Global Korea Post, 1 de julho de 2026. Disponível em: https://www.globalkoreapost.co.kr/news/articleView.html?idxno=91998.

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. Mexico Consolidates Its Presence in the G20 at Second Sherpa Meeting. Cidade do México: SRE, 2 de julho de 2026. Disponível em: https://www.gob.mx/sre/prensa/mexico-consolidates-its-presence-in-the-g20-at-second-sherpa-meeting.

SOUTH CHINA MORNING POST (SCMP). US hollows out G20 agenda, casts Miami summit as ‘backdrop for Trump-Xi meeting’: sources. Hong Kong: SCMP, 3 de julho de 2026. Disponível em: https://www.scmp.com/news/us/diplomacy/article/3358958/us-hollows-out-g20-agenda-casts-miami-summit-backdrop-trump-xi-meeting-sources.

NOTÍCIA BRASIL. Voz do Sul Global está se tornando mais forte no G20, afirma representante russo. Sputnik Brasil, 2 de julho de 2026. Disponível em: https://noticiabrasil.net.br/20260702/voz-do-sul-global-esta-se-tornando-mais-forte-no-g20-afirma-representante-russo-51865135.html.

RÚSSIA. President of Russia. Composition of the Interdepartmental Commission to Support Russia’s G20 Participation approved. Moscou: Kremlin, 28 de junho de 2026. Disponível em: http://en.kremlin.ru/catalog/keywords/12/events/80175.

--- * ---

Após Évian: desdobramentos à margem do grupo

Después de Évian: desarrollos al margen del grupo

After Évian: developments on the sidelines of the group

Resumo: A quinzena de 22 de junho a 5 de julho de 2026, seguinte à Cúpula de Évian (15 a 17 de junho), foi de calmaria no interior do próprio G7 que, como grupo, não realizou reuniões nem emitiu novos pronunciamentos, mas de desdobramentos relevantes em torno dele. A Conferência de Recuperação da Ucrânia mobilizou recursos europeus, multilaterais e privados; o memorando EUA–Irã começou a reabrir o Estreito de Ormuz sob regime de cotas iranianas; e o Brasil avançou sua agenda de diversificação comercial ao mesmo tempo em que via deteriorar-se sua relação bilateral com Washington.

Palavras-chave: G7; Ucrânia; Mercosul; Brasil.

Resumen: *La quincena del 22 de junio al 5 de julio de 2026, posterior a la Cumbre de Évian (15 a 17 de junio), fue de calma en el interior del propio G7 que, como grupo, no celebró reuniones ni emitió nuevos pronunciamientos, pero estuvo marcada por desarrollos relevantes a su alrededor. La Conferencia de Recuperación de Ucrania movilizó recursos europeos, multilaterales y privados; el memorando EE. UU.–Irán comenzó a reabrir el Estrecho de Ormuz bajo un régimen de cuotas iraníes; y Brasil avanzó su agenda de diversificación comercial al tiempo que veía deteriorarse su relación bilateral con Washington.*

Palabras clave: *G7; Ucrania; Mercosur; Brasil.*

Abstract: *The fortnight of June 22 to July 5, 2026, following the Évian Summit (June 15–17), was quiet within the G7 itself which, as a group, held no meetings and issued no new statements but marked by significant developments around it. The Ukraine Recovery Conference mobilized European, multilateral, and private resources; the US–Iran memorandum began to reopen the Strait of Hormuz under an Iranian quota regime; and Brazil advanced its trade-diversification agenda even as its bilateral relationship with Washington deteriorated.*

Keywords: *G7; Ukraine; Mercosur; Brazil.*

Encerrada a Cúpula de Évian, a quinzena seguinte foi de relativa calmaria com alguns desdobramentos em três frente: a Ucrânia, com a Conferência de Recuperação em Gdansk; o Oriente Médio, com a implementação do memorando entre EUA e Irã; e a inserção externa brasileira, entre o avanço da agenda comercial na Cúpula do Mercosul e a deterioração da relação com Washington.

A promessa mais destacada de Évian relativa ao apoio à Ucrânia, com reforço da defesa aérea, da resiliência energética e da pressão sobre a Rússia encontrou seu primeiro teste concreto em Gdansk. A Conferência de Recuperação da Ucrânia (URC 2026), realizada em 25 e 26 de junho e copresidida por Polônia e Ucrânia, já havia sido indicada, pelo G7, como o próximo espaço de coordenação do apoio. O balanço anunciado foi expressivo: mais de 160 acordos, somando mais de 10 bilhões de euros, com cerca de 7.500 participantes e 70 delegações (KYIV POST, 2026).

No entanto, ao que parece, houve menos um esforço do G7 do que um projeto europeu. A maior parte dos recursos veio da União Europeia, incluindo a primeira parcela de 3,2 bilhões de euros de um instrumento financeiro de cerca de 90 bilhões, do Banco Mundial (3,4 bilhões de dólares), do Banco Europeu de Investimento e do BERD, além do lançamento de um Fundo Europeu para a Reconstrução e de um Fundo de Apoio ao Transporte. Chamou atenção o papel do capital privado: fundos de private equity, parcerias público-privadas e novos mecanismos de seguro contra riscos de guerra passaram ao centro da arquitetura de financiamento. Pela primeira vez, a conferência incorporou uma dimensão de segurança e defesa, com a meta de mobilizar cerca de 3 bilhões de euros em capital privado para projetos militares (KYIV INDEPENDENT, 2026).

Isso nos leva a questionar a "unidade" do G7 proclamada na presença de Zelensky em que, na prática, se refletiu em uma operação predominantemente europeia na qual a contribuição estadunidense limitou-se a instrumentos de mitigação de risco em vez de aportes diretos. Isso reflete que a recuperação da Ucrânia é mais um projeto econômico e geopolítico do próprio bloco europeu.

No Oriente Médio, o memorando assinado por Trump em Versalhes teve uma execução de início conturbada, mas não fracassou de imediato. Em 19 de junho, Trump anunciou um novo cessar-fogo entre Israel e Hezbollah; a trégua não sobreviveu 24 horas, com Israel mantendo ataques ao sul do Líbano e o Irã alegando ter voltado a fechar o Estreito de Ormuz, o que o comando militar norte-americano negou (AL JAZEERA, 2026b). Ainda assim, a partir do fim de junho o tráfego voltou a fluir mais rápido do que o previsto. Mais de 20 petroleiros, cerca de 35 milhões de barris represados por três meses no Golfo Pérsico, deixaram o estreito após o acordo e o vice-presidente J. D. Vance deslocou-se à Suíça para as conversas com a delegação iraniana (CNBC, 2026; AL JAZEERA, 2026b). A reabertura, contudo, dá-se sob regime de cotas coordenado pela Marinha da Guarda Revolucionária, e não em livre navegação: Teerã disputa a leitura de que a passagem seria isenta de tarifas, insistindo em gerir o estreito em conjunto com Omã. A retomada plena aos 20 milhões de barris diários anteriores à guerra é tida como improvável antes de 2027, devido aos danos à infraestrutura.

O memorando entregou a Trump o que lhe interessava: um título que acalmou os mercados e a reabertura de um ponto de estrangulamento decisivo para a economia global e, em particular, para a energia e a inflação europeias, mas deixou intactas as questões estruturais que serão negociadas na janela de 60 dias que se encerra em meados de agosto: o enriquecimento e o estoque de urânio altamente enriquecido, que o Irã recusa enviar ao exterior; o alívio de sanções e a liberação de até 25 bilhões de dólares em ativos congelados; e o próprio regime de navegação (CSIS, 2026). A "convergência" do G7 sobre o Oriente Médio revelou-se, como se suspeitava, mais um exercício de alívio dos mercados de energia do que de resolução da guerra.

Coube ao Brasil o desdobramento mais concreto da quinzena. Na 68ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, realizada em 30 de junho em Assunção, o bloco lançou formalmente as negociações de um Acordo de Parceria Econômica com o Japão, desdobramento direto do encontro bilateral entre Lula e a primeira-ministra Sanae Takaichi em Évian. O processo apoia-se no Marco de Parceria Estratégica firmado em dezembro de 2025 e tem o acesso das carnes bovina e suína ao mercado japonês entre os temas centrais para o Itamaraty (MERCOSUL, 2026a; BRASIL 247, 2026). Além do Japão, o Mercosul registrou avanços nas tratativas com Canadá, Vietnã, Índia e Panamá (TERRA, 2026; MERCOSUL, 2026b).

Segundo Lula, após o Japão, o bloco buscará “fazer o mesmo com a China” e criticou o que chamou de “alinhamento automático” e “escolhas excludentes”, sintetizando: “Ninguém é dono do mundo. E ninguém é dono da América do Sul” (AGÊNCIA BRASIL, 2026), em referência aos EUA. O chanceler Mauro Vieira reforçou que a noção obsoleta hoje seria o isolamento, e a proposição extravagante, a fragmentação (BRASIL 247, 2026). A leitura converge com o discurso de Évian, examinado no informe anterior: diante do protecionismo e do unilateralismo, o Brasil aposta na diversificação de parceiros e na integração regional.

No entanto, se a agenda comercial avançou com outros países, a relação com os EUA se deteriorou. Os Estados Unidos avançaram a proposta de tarifa de 25% sobre parte das importações brasileiras, a partir de investigação do Escritório de Comércio dos EUA (USTR) que acusa o Brasil de aplicação frouxa de leis anticorrupção e de práticas comerciais desleais; o período de comentário público encerrou-se no início de julho, com isenções para carne bovina, café, terras raras, metais, energia e peças de aeronaves (AL JAZEERA, 2026a).

No mesmo movimento, o Tesouro norte-americano anunciou sanções a empresas e indivíduos ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC), que os EUA, ao lado do Comando Vermelho, classificaram como organização terrorista, descrevendo o PCC como “a maior organização criminosa transnacional do Hemisfério Ocidental” (ASSOCIATED PRESS, 2026). A medida, lida por parte dos analistas como interferência na eleição de outubro, alimentou o embate nacional: Lula classificou o documento da USTR como “mais um ato de traição à pátria” e acusou a família Bolsonaro de buscar submeter o país aos interesses norte-americanos, enquanto o senador Flávio Bolsonaro, protocolava na USTR uma petição de 86 páginas pedindo o adiamento das tarifas e a exclusão do sistema de pagamentos Pix da mira americana (BLOOMBERG, 2026). O episódio, somado à condenação de Eduardo Bolsonaro por lobby ilegal já registrada em Évian, converteu a política tarifária dos EUA em tema central da campanha brasileira.

A quinzena, em suma, confirmou o diagnóstico que o G7 de Évian deixara em aberto. Onde houve entrega, em Gdansk, revelou um esforço europeu e privado, mais do que uma ação coletiva do G7; onde houve alívio, em Ormuz, ele veio sob um regime frágil e gerido pelo Irã, sem soluções a longo prazo ainda; e onde o Brasil avançou, o Mercosul, foi marcado pelo afastamento de Washington, cuja pressão tarifária e securitária se intensificou.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Lula defende acordo do Mercosul com China durante Cúpula do bloco. Dourados News, 30 jun. 2026. Disponível em: https://www.douradosnews.com.br/noticias/economia/lula-defende-acordo-do-mercosul-com-china-durante-cupula-do-bloco/1283421/ . Acesso em: 5 jul. 2026.

AL JAZEERA. Lula says Brazil cannot ‘accept treatment’ after new US tariffs proposed. Al Jazeera, 3 jun. 2026. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2026/6/3/lula-says-brazil-cannot-accept-treatment-after-new-us-tariffs-proposed . Acesso em: 5 jul. 2026. (2026a)

AL JAZEERA. With Hormuz reopened, has the oil shortage turned into a glut? Al Jazeera, 2 jul. 2026. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2026/7/2/with-hormuz-reopened-has-the-oil-shortage-turned-into-a-glut . Acesso em: 5 jul. 2026. (2026b)

ASSOCIATED PRESS. Brazil’s top presidential candidates Lula and Flávio Bolsonaro clash over US tariff proposal. The Washington Post, 3 jul. 2026. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/business/2026/07/03/brazil-lula-bolsonaro-tariffs/ . Acesso em: 5 jul. 2026.

BLOOMBERG. Bolsonaro asks Trump to avoid tariffs that would benefit Lula. Bloomberg, 2 jul. 2026. Disponível em: https://www.bloomberg.com/news/articles/2026-07-02/bolsonaro-asks-trump-to-avoid-tariffs-that-would-benefit-lula . Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL 247. Brasil vê acordo Mercosul-Japão como forma de equilibrar relações comerciais e reforçar autonomia. Brasil 247, jun. 2026. Disponível em: <https://www.brasil247.com/americalatina/brasil-ve-acordo-mercosul-japao-como-forma-de-equilibrar-relacoes-comerciais-e-reforcar-autonomia>. Acesso em: 5 jul. 2026.

CNBC. Oil prices erase wartime gains as supply concerns ease with Hormuz tanker traffic resuming. CNBC, 25 jun. 2026. Disponível em: https://www.cnbc.com/amp/2026/06/25/oil-price-supply-concerns-ease-with-hormuz-tanker-traffic-resuming-.html . Acesso em: 5 jul. 2026.

CSIS. The United States and Iran announce a deal to end the war: State of Play. Center for Strategic and International Studies, jun. 2026. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/united-states-and-iran-announce-deal-end-war-state-play . Acesso em: 5 jul. 2026.

KYIV INDEPENDENT. Zelensky-Nawrocki feud fails to overshadow Ukraine's biggest recovery conference yet. Kyiv Independent, 30 jun. 2026. Disponível em: https://kyivindependent.com/zelensky-nawrocki-feud-fails-to-overshadow-ukraines-biggest-recovery-conference-yet/ . Acesso em: 5 jul. 2026.

KYIV POST. Kyiv secures €10 bln at Ukraine Recovery Conference. Kyiv Post, 27 jun. 2026. Disponível em: https://www.kyivpost.com/post/79108 . Acesso em: 5 jul. 2026.

MERCOSUL. O MERCOSUL e o Japão anunciam o início das negociações para um Acordo de Parceria Econômica. Mercosul, jun. 2026. Disponível em: https://www.mercosur.int/pt-br/o-mercosul-e-o-japao-anunciam-o-inicio-das-negociacoes-para-um-acordo-de-parceria-economica . Acesso em: 5 jul. 2026. (2026a)

MERCOSUL. Comunicado conjunto dos presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL. Assunção, 30 jun. 2026. Disponível em: https://www.mercosur.int/pt-br/comunicado-conjuntos-dos-presidentes-dos-estados-partes-do-mercosul . Acesso em: 5 jul. 2026. (2026b)

TERRA. Mercosul lança negociações com Japão e amplia rede de acordos comerciais. Terra, 30 jun. 2026. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/mundo/mercosul-lanca-negociacoes-com-japao-e-amplia-rede-de-acordos-comerciais,99c6c93ba160011c5cb5f5f7afa1679epwr18ymo.html . Acesso em: 5 jul. 2026.

--- *---

Panorama agrícola, confiança pública e vulnerabilidades em foco na OCDE

La OCDE se centra en la situación agrícola, la confianza de los ciudadanos y las vulnerabilidades

Agricultural Outlook, Public Confidence, and Vulnerabilities in the Spotlight at the OECD

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre a divulgação da nova edição do estudo junto à FAO sobre o panorama agrícola internacional, o lançamento de um relatório sobre confiança internacional em instituições, um estudo sobre alimentação e conexão social, outro sobre

tratamento oncológico europeu e um terceiro sobre fragilidades da ajuda oficial ao desenvolvimento.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; geopolítica; OCDE; cooperação internacional.

Resume: *Entre las publicaciones más destacadas de la OCDE se encuentran la presentación de la nueva edición del estudio elaborado conjuntamente con la FAO sobre el panorama agrícola internacional, la publicación de un informe sobre la confianza internacional en las instituciones, un estudio sobre la alimentación y las relaciones sociales, otro sobre el tratamiento oncológico en Europa y un tercero sobre las deficiencias de la ayuda oficial al desarrollo.*

Palabras clave*: G20; EE. UU.; G7; geopolítica; OCDE; cooperación internacional.*

Abstract: *The OECD's highlights include the release of the new edition of its joint study with the FAO on the international agricultural outlook, the launch of a report on international trust in institutions, a study on food and social connection, another on cancer treatment in Europe, and a third on the weaknesses of official development assistance.*

Keywords: *G20; USA; G7; geopolitics; OECD; international cooperation.*

Ainda no final de junho de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla do inglês *Food and Agriculture Organization*) promoveram a atualização de 2026 de sua parceria em produção e promoção de estudos e análises anuais de perspectivas e tendências sobre a agricultura mundial.

Nomeado como *"OECD-FAO Agricultural Outlook 2026-2035"*, o documento de referência mundial busca fornecer uma avaliação abrangente das perspectivas de dez anos dos mercados de *commodities* agrícolas e peixes em nível nacional, regional e global. Desse modo, a vigésima segunda edição da iniciativa conjunta inclui as projeções básicas de produção, consumo, estoques, comércio e preços de cereais, oleaginosas e produtos derivados de oleaginosas, raízes e tubérculos, leguminosas, açúcar, carne, laticínios, pescado, algodão, biocombustíveis e frutas tropicais.

Estima-se que a renda agrícola bruta média global por trabalhador aumente 9% até 2035 e que a produção global cresça 13% na próxima década, impulsionada principalmente por melhorias na produtividade e pela intensificação, com o crescimento concentrado na Ásia, na África Subsaariana e na América Latina. Também projeta-se que as emissões diretas de gases de efeito estufa provenientes da agricultura aumentem 6%, um ritmo consideravelmente mais lento do que o de crescimento da produção.

Ademais, o panorama ainda examina o cenário em evolução da agricultura global diante de desafios econômicos, sociais e ambientais, incluindo uma análise de cenários sobre os possíveis impactos do conflito no Oriente Médio nas perspectivas do setor agroalimentar. O relatório aponta que, se a frequência de choques observada nos últimos anos persistir, há uma probabilidade de 25% de que as rendas agrícolas em 2035 sejam inferiores aos níveis atuais. Os riscos de curto prazo também são significativos, uma vez que as recentes altas nos preços da energia e as consequentes reduções no uso de fertilizantes provavelmente afetarão a produção agrícola em 2027, perturbando especialmente a produção de cereais. Enquanto os países de alta renda conseguem absorver esses choques com mais facilidade, os países de baixa renda

enfrentam uma deterioração da segurança alimentar e uma maior vulnerabilidade à volatilidade do mercado causada pelas crises e conflitos.

No caso da alta média de 33% nos preços da energia observada no primeiro semestre de 2026 se manter no segundo semestre de 2026, a produção global de grãos sofrerá uma queda de 0,9% em 2027 e um recuo mais acentuado de 1,7%, nos países de baixa renda. As perdas de renda associadas e a elevação dos preços dos alimentos também forçará os conjuntos familiares desses países a reduzir seu consumo de alimentos e a optar por produtos mais baratos. Já na simulação de condições estáveis, nas quais se espera que os ganhos de produtividade respondam pela maior parte do crescimento da produção, ainda será necessária certa expansão das áreas de cultivo e dos rebanhos. Como resultado, projeta-se um aumento de 6,5% nas emissões diretas de gases de efeito estufa provenientes da agricultura na próxima década. Estima-se que a pecuária seja responsável por cerca de 77% desse aumento, refletindo a expansão dos rebanhos, enquanto os fertilizantes sintéticos devem contribuir com outros 23% devido ao aumento das emissões de óxido nitroso até 2035.

O documento ainda prevê que as melhorias projetadas na produtividade exerçam pressão de baixa sobre os preços reais das *commodities* agrícolas. Enquanto isso possa beneficiar os consumidores, também pode criar desafios significativos para os pequenos agricultores, que são mais vulneráveis às mudanças do mercado e, frequentemente, dispõem de capacidade limitada para adotar as tecnologias necessárias ao aumento da produtividade. É recomendado aos governos, portanto, que apoiem o crescimento da produtividade, ao mesmo tempo em que otimizem o acesso dos agricultores aos mercados e ofereçam programas de apoio adaptados às realidades locais.

Devido à grande e rica quantidade de informações potencialmente de interesse presentes nesta edição do estudo, a seguir são pontuadas brevemente uma pequena série de observações e projeções provenientes do documento:

- Projeta-se que a produção global de cereais (grãos) aumente de forma constante, atingindo o recorde de 3,22 bilhões de toneladas até 2035. Tal crescimento será impulsionado principalmente por melhorias na produtividade de 0,9% ao ano, enquanto se espera que a área de cultivo de cereais se expanda apenas 0,1% ao ano — menos da metade da taxa registrada na década anterior.
- Até 2035, projeta-se que 40% de todos os cereais sejam consumidos diretamente por humanos, ao passo que 34% serão destinados à alimentação animal. O consumo humano continuará a predominar na utilização de trigo e arroz, enquanto o milho é utilizado principalmente como grão para ração animal.
- A demanda global por biocombustíveis deve crescer 1,4% ao ano na próxima década, impulsionada principalmente pelo Brasil, pela Índia e pela Indonésia. Estima-se uma desaceleração do crescimento na maioria dos países de alta renda, à medida que os incentivos de políticas públicas enfraquecem e a adoção de veículos elétricos se acelera.
- A África Subsaariana representará uma parcela crescente da produção agrícola global na próxima década, contribuindo com cerca de 16% do aumento da produção agrícola mundial em termos de valor até 2035 — um avanço em relação aos 11% registrados na década anterior. Todavia, grande parte da região permanecerá vulnerável à insegurança alimentar e a choques externos. Estima-se que a região da Ásia-Pacífico responderá por 58% do aumento da produção agrícola global até 2035, sendo a Índia, isoladamente, contribuirá com 26% desse crescimento, impulsionado,

em grande medida, pela rápida expansão do rebanho leiteiro e pelo aumento da produtividade de leite.

- Nos países de alta renda, projeta-se uma desaceleração acentuada no crescimento do consumo de carne, com os consumidores migrando progressivamente da carne bovina para a de aves, motivados pelos preços elevados, preocupações com a saúde e pressões ambientais.
- Prevê-se que a produção global de pesca e aquicultura cresça 11% até 2035, sendo a aquicultura a maior contribuinte para esse crescimento, passando a representar 56% da produção total, ante os atuais 53%. A Ásia deverá permanecer como o motor do crescimento da demanda e da oferta global de pescados, embora se espere uma desaceleração na expansão da China — o maior produtor de aquicultura do mundo.

Em paralelo, a organização também divulgou no período o relatório *"OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions 2026 Results: Navigating Rising Expectations and New Horizons"*, a mais nova edição periódica fruto da iniciativa da própria OCDE de pesquisar sobre a temática de confiança governamental e em instituições públicas e seus fatores determinantes. Abrangendo 33 países da OCDE e 5 países candidatos à adesão à organização – sendo o Brasil participante desse seleto grupo – em sua análise, o documento fornece evidências comparáveis e passíveis de ação sobre os níveis e os principais fatores determinantes da confiança, um aspecto fundamental para a operação de governos e a manutenção da saúde da democracia local.

Segundo os resultados da pesquisa, o índice de confiança no governo nacional estabilizou-se nos países da OCDE após um declínio anterior, com a média de 40% das pessoas entrevistadas nos países da OCDE relatando confiança alta ou moderadamente alta em seu governo nacional, enquanto 43% continuam a relatar confiança baixa ou inexistente. O estudo também revela que a confiança na polícia, no sistema judiciário, nos governos locais e no funcionalismo público tende a ser significativamente maior do que a confiança no governo nacional. O documento ainda apresenta novas evidências sobre as percepções em relação ao uso de inteligência artificial (IA) no setor público, como a de que mais de quatro em cada dez pessoas acreditem que a IA poderia ajudar os governos a melhorar serviços ou reduzir custos, um número menor confia que os governos garantirão salvaguardas adequadas, incluindo equidade, transparência, proteção da privacidade e supervisão humana eficaz.

O relatório culmina na recomendação de que governos e formuladores políticos insistam em políticas em quatro áreas chaves para otimizar a performance de confiança em instituições públicas, sendo elas as seguintes:

(i) Focar nos principais fatores que gera confiança em cada instituição pública;

(ii) Fortalecer os processos de tomada de decisão diante de desafios complexos de políticas públicas;

(iii) Adotar com cautela o uso de novas tecnologias no governo, preservando os princípios do setor público e mantendo uma comunicação clara; e

(iv) Fortalecer mecanismos de participação cidadã efetiva.

É proveitoso ressaltar também que, complementar ao documento principal do estudo, a organização disponibilizou notas adicionais para cada país analisado, onde dedica atenção

especial e oferece análises para as especificidades e contextos de cada caso – com o Brasil sendo contemplado nessa modalidade de análise mais particular.

Por fim, no que tange de destaque nas demais atualizações de seus tradicionais e variados acréscimos no rico acervo de documentos publicados e promovidos pelo e no fórum internacional, são salientadas três pesquisas de temas variados a seguir.

Intitulado *"Promoting Social Connectedness Through Food"*, o primeiro documento a ser ressaltado nesta seção do texto se preocupa em apresentar evidências e estudos de caso centrados na alimentação para contribuir com o conhecimento prático sobre como atores governamentais e não governamentais podem trabalhar juntos para ampliar as oportunidades e os espaços de conexão dentro das comunidades. À medida que a solidão e o isolamento social ganham espaço na agenda política, o relatório aborda como cultivar, preparar e comer alimentos em companhia de outras pessoas pode oferecer formas acessíveis e adaptáveis de melhorar a conexão entre as pessoas, além de gerar resultados mais amplos de bem-estar, inclusive para populações que enfrentam maiores barreiras à participação social (como idosos ou pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica). O relatório também apresenta perspectivas para a implementação de programas elaborados no combate à solidão e ao isolamento – com pertinência para atividades relacionadas à alimentação e além delas –, tais como apoio voluntário, modelos de colaboração intersetorial e a importância de evidências de avaliação robustas no tema.

Outro interessante destaque de produção no período foi o *policy brief "Good practices for delivering high value cancer care in EU countries"*. Produto de uma parceria entre a OCDE e a União Europeia, o documento lança luz sobre o tema câncer, que é a segunda principal causa de morte na região da UE e que o impacto tem continuamente crescido, com uma projeção de aumento de 18% nos casos anuais até o ano de 2040. Baseando-se em dados comparáveis entre os países e em boas práticas na região, o *policy brief* analisa três prioridades urgentes para o que é entendido como uma assistência oncológica de alto valor – acesso oportuno, cuidados eficientes e baseados em evidências, e abordagens centradas nas pessoas –, visando apoiar formuladores de políticas na construção de sistemas oncológicos mais equitativos, capazes de reduzir o impacto da doença sobre as pessoas, as famílias e os serviços de saúde.

Já no *policy brief "ODA projections for 2026 and the near-term: Implications for vulnerable countries and sectors"*, a organização intergovernamental se propõe a salientar a discussão dos efeitos para setores e países vulnerabilizados da queda acentuada em 2025 na ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD). Com os dados preliminares apontando a maior retração já registrada na AOD (23,3% em 2025), após uma redução de 8,5% em 2024 e a projeção estimada de sofrer uma queda adicional de 6,9% em 2026, espera-se que esses cortes afetem desproporcionalmente os países mais pobres, principalmente na região da África Subsaariana, e também setores mais frágeis, como a saúde. Inclusive, o financiamento para a saúde deverá sofrer cortes profundos, caindo até 63% abaixo de seu pico de 2022 e atingindo níveis inferiores aos do período pré-pandemia, com as áreas de saúde reprodutiva e da população e de controle de doenças transmissíveis as mais afetadas. Em meio a tensões geopolíticas, com os orçamentos de ajuda sobre pressão contínua, a organização sinaliza que ações coordenadas e estratégicas serão fundamentais para salvaguardar os ganhos em desenvolvimento, apoiar as populações mais vulnerabilizadas e garantir que os recursos limitados sejam utilizados onde forem mais necessários.

Referências

OECD, FAO. OECD-FAO Agricultural Outlook 2026-2035. Paris, Rome: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 03]. Available from: https://doi.org/10.1787/47874669-en.

OECD. Farm incomes set to rise over next decade – but volatility puts gains at risk. OECD [Internet]. 2026 Jun 29 [cited 2026 Jul 03]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/06/farm-incomes-set-to-rise-over-next-decade-but-volatility-puts-gains-at-risk.html.

OECD. OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions 2026 Results: Navigating Rising Expectations and New Horizons. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 03]. Available from: https://doi.org/10.1787/9eb63fec-en.

OECD. Trust steadies, but people still do not feel heard – OECD Trust Survey. OECD [Internet]. 2026 Jun 29 [cited 2026 Jul 03]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/06/trust-steadies-but-people-still-do-not-feel-heard-oecd-trust-survey.html.

OECD. OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions 2026 Results: Brazil. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 03]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2026/06/oecd-survey-on-drivers-of-trust-in-public-institutions-2026-results-country-notes_6dae3a76/brazil_4ff6d88a/0bb40204-en.pdf.

OECD. Promoting Social Connectedness Through Food. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 03]. Available from: https://doi.org/10.1787/1fdd5254-en.

OECD, European Union. Good practices for delivering high value cancer care in EU countries. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 03]. Available from: https://doi.org/10.1787/a63b59ca-en.

OECD. ODA projections for 2026 and the near-term: Implications for vulnerable countries and sectors. OECD Policy Briefs [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 03];59. Available from: https://doi.org/10.1787/d7c74fa2-en.